

Vulnerabilidade, migrações e resiliência - história da família Marques no Vale do Jequitinhonha (Estudo de caso)

*Márlío Lourenço Fernandes**

1 INTRODUÇÃO

A família Marques compõe a comunidade do vale do Ribeirão da Cachoeira e vive o emaranhado das questões que abordamos ao longo da tese intitulada “Da vulnerabilidade à dominação: modernização, mudança climática, migração, precarização do trabalho e desagregação familiar da população rural do Vale do Jequitinhonha, Brasil (2002).¹ Descrita por uma interlocutora privilegiada, L. Marques, uma das filhas da senhora Marques, a história dessa família é reveladora da vulnerabilidade social mas, também, da resiliência de famílias camponesas e suas lutas por sobrevivência no Vale do Jequitinhonha. Parte dessas lutas e resiliências se expressam, paradoxalmente, no paradigma da migração contemporânea no Vale do Jequitinhonha.

2 FAMÍLIA MARQUES, VULNERABILIDADE SOCIAL, SONHOS, MIGRAÇÕES E INCERTEZAS

O riacho da comunidade deságua cerca de seis quilômetros abaixo no rio Setúbal, nas proximidades do povoado mais próximo, Vargem do Setúbal, no município de Chapada do Norte, região predominantemente povoada por descendentes de escravos africanos. No Ribeirão da Cachoeira não é possível identificar hoje em dia traços importantes da antiga atividade mineradora no solo e nos depoimentos recolhidos. Tampouco permanecem em prática no local os artesanatos tradicionais de base, tais como o trabalho em couro ou a cestaria, que ainda ocorrem em outros pontos do município de Chapada do Norte. Além disso, é virtualmente inexistente na atualidade o cultivo de roças

* Doutor em Sociologia pela Universidade Sorbonne Nouvelle.

e hortas voltadas para gerar os poucos excedentes de produção agrícola destinados ao comércio informal das feiras livres realizadas aos sábados nas cidades ou lugarejos vizinhos maiores, tal como o de Cruzinha.

A reportagem “Vale do Jequitinhonha, uma terra em desenvolvimento”² atenta para o fato de que os índices oficiais, que medem o tamanho da economia do Jequitinhonha no contexto do estado de Minas, desconsideram a importância das feiras de sábado e outras formas de produção e consumo regionais para a sobrevivência das comunidades camponesas remanescentes e para a saúde da atividade comercial das pequenas cidades do vale. Em certo sentido, a comunidade estudada é mais carente do que outras do município, onde o lucro obtido no pequeno comércio de objetos manufaturados, de alimentos *in natura* ou processados artesanalmente, fornece uma renda limitada, mas segura, derivada principalmente do trabalho das mulheres e idosos que não migram ou não migram mais em busca de trabalho remunerado. O produto comercial típico de Ribeirão da Cachoeira é o gado bovino: compra e venda de bezerras e novilhos para engorda ou bois para corte. A pecuária leiteira se desenvolve em volume bem pequeno, não chegando, muitas vezes, a suprir as necessidades de consumo das famílias locais. A reprodução de cavalos e muaras para uso em manejo da criação, transporte ou mesmo diversão, embora possa proporcionar estreitas margens de lucro em trocas restritas, na maioria das vezes, à localidade, não constitui atividade regular como a pequena pecuária bovina.

A família Marques reflete muito bem o quadro histórico, racial, cultural e econômico da comunidade Ribeirão da Cachoeira. Dona L. Marques tem 64 anos, é mãe de nove filhos e 14 netos, um deles criado como filho, hoje um rapaz de 18 anos. Seu esposo, J. Marques, faleceu aos 48 anos, três décadas atrás, principalmente em virtude da lenta progressão da doença de Chagas³ que se instalou em seu coração. O mal teria sido agravado pela enorme soma de esforços exigidos durante as longas temporadas de trabalho no corte de cana-de-açúcar que o marido passou nas “usinas” de açúcar e etanol da chamada região centro-sul do Brasil, principalmente no interior do estado de São Paulo. Quando não aguentou mais o trabalho, como dizem: “a usina aposentou”. Pouco tempo depois, ele morreu, deixando muitos filhos pequenos aos cuidados da esposa e dos mais velhos, então jovens e solteiros. O exemplo é curioso, pois deixa entrever a crença popular de que são os industriais da cana que “encostam” o trabalhador por doença ou invalidez, a sugerir que a empresa, e não o Estado, é responsável por todo o processo de regulamentação ou mesmo cobre os custos dos “aposentados” precoces ou de seguridade social dos seus empregados. Essa crença é bastante útil às grandes firmas, porque cria na mente dos subordinados a imagem de que os latifundiários são provedores e benevolentes.

Dona L. Marques relata que ficou órfã muito menina. Ela e os irmãos foram acolhidos pela família de um pequeno fazendeiro em ascensão socioeconômica na área de Vargem do Setúbal que. Em face do falecimento dos seus pais, tal fazendeiro “pegou as crianças pra criar”. Dona L. Marques relata que tiveram uma infância e juventude de muito trabalho e mínima recompensa, vivendo efetivamente mais como escravos da fazenda do que como filhos da casa. Vestiam-se, na lida do roçado ou na doméstica, com roupas feitas do tecido grosseiro de sacos de farinha alvejados e costurados à mão.

A viúva de J. Marques vive o drama anual da chegada e partida dos filhos migrantes, numa sequência daqueles tempos em que o marido também migrava durante as temporadas do corte da cana em São Paulo. O quadro dessa família oferece um mosaico interessante da variedade de estratégias de sobrevivência de que as novas gerações estão lançando mão, na medida em que o modo de vida tradicional camponês vai perdendo sentido em ambiente crescentemente influenciado pelos meios carentes e pela cultura capitalista.

M. Marques, o filho mais velho, também trabalhou por muitos anos nas colheitas da cana em Taquaritinga, Guararapes e outras cidades do interior de São Paulo, no rastro de conhecidos da Vargem do Setúbal, do povoado de Cruzinha ou mesmo de companheiros e parentes da comunidade do Ribeirão da Cachoeira. Acontece que ele também carrega o mal incurável que vitimou seu pai, a doença de chagas. M. Marques representa, talvez, a última geração atingida pela moléstia, hoje praticamente erradicada nos sertões brasileiros, devido às informações públicas que geraram mudanças nas formas de construção, de modo a evitar o abrigo do inseto *Triatoma infestans*, conhecido popularmente como “barbeiro”, que é vetor do protozoário *Trypanosoma cruz*, causador da doença de chagas. Prova da eficácia da medida é que nenhum de seus irmãos, irmãs e conterrâneos mais jovens carregam o protozoário *no sangue*. Apesar disso, aos 48 anos, M. Marques não manifesta grandes problemas de ordem cardíaca e diz que não toma remédio para a doença de Chagas. A exemplo do pai, a vida forte de trabalhador da roça talvez ainda o proteja contra os efeitos mais danosos da enfermidade. Ele cuida de umas poucas cabeças de gado, criadas mais ou menos à solta, em sua pequena gleba de terra. Tem seus pastos plantados no planalto, mas depende também daquilo que as vacas podem extrair do meio do mato vagando pelas abruptas encostas do vale durante o curto período das chuvas. Os lucros com a pequena e precária atividade não são suficientes para cuidar de si e da família no local, mas defendem-se como podem com a base econômica do salário mínimo mensal, à época em torno de mil reais (cerca de 150 euros), que ele e a segunda esposa recebem, cada um, a

título de aposentadorias pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Ele mesmo foi “encostado pela usina” por invalidez, uma vez constatada a infecção, há cerca de 10 anos.

I. Marques (29)⁴ e J. Marques (38) seguem o padrão de migração tradicional para o corte da cana em São Paulo e Paraná, mas com diferentes arranjos e destinações. Em tempos recentes, ambos têm enfrentado dificuldades devido ao avanço dos meios de colheita mecânica no Sudeste, em São Paulo, em particular, o que vem extinguindo milhares de vagas de emprego no setor. No início de 2019 tentaram pela primeira vez a sorte nos canaviais do Rio de Janeiro, no entorno da cidade de Campos dos Goitacazes, onde parece que o ritmo da mecanização está mais lento. Essa busca de novos destinos é sintomática, significa que as soluções costumeiras do passado já não são suficientes para tantos que se acostumaram ao duro trabalho e não aprenderam novas profissões. J. Marques viveu por muitos anos em Guararapes, onde nasceu e se criou a esposa com quem teve dois filhos, um com seis, o outro com dois anos de idade à época da pesquisa para o presente texto, em 2019. O casal se separou há pouco mais de um ano e, em seguida, J. Marques esteve uns tempos “curtindo a vida” na terra natal, instalado na casa da mãe acolhedora, onde todos têm a sorte de encontrar, nos piores momentos, um doce refúgio. Por seu lado, I. Marques, nos últimos tempos, tem trabalhado com a cana na região de Cidade Gaúcha, no oeste do Paraná, mas não pretende fixar moradia em terra estrangeira. Implantou sua morada no planalto que separa o Ribeirão da Cachoeira e a Vargem do Setúbal, e a sua casa se tornou uma espécie de porta de entrada da comunidade. Nela permanecem a esposa, a enteada de 11 anos e as duas filhas, de quatro e um ano. A mulher, como tantas outras esposas de migrantes, cuida da casa e dos animais nos longos meses em que o esposo fica fora. Como os homens passam muito tempo ausentes, as mulheres são conhecidas, há muito tempo, como “viúvas de maridos vivos”. Elas se tornam chefes de família na ausência do marido.

R. Marques (40) também teve o mesmo destino dos mais velhos, sobretudo antes de formar a própria família, mas esteve trabalhando por cerca de uma década como motorista de ônibus escolares para a prefeitura de Capelinha, município próximo a Minas Novas, localizado no Alto Jequitinhonha. Mas andava insatisfeito com o valor dos salários. Sem chances de progresso material e estagnado na carreira, no ano passado decidiu retornar ao corte da cana, indo encontrar I. Marques em Cidade Gaúcha-PR. Em março de 2019, porém, convidou seu filho moço, L. Marques (18), e ambos se juntaram aos irmãos I. e J. Marques e foram todos tentar a sorte em Campos dos Goitacazes.

Capelinha vem se tornando a cidade mais próspera da região, em virtude, basicamente, do crescimento das fazendas monocultoras de eucaliptos que vêm surgindo na vigência da grande “*plantation*” implantada nos anos 1970 pela Acesita Florestal S.A. com vistas a fornecer de combustível as siderúrgicas do Vale do Rio Doce, a 200 km ao sul. Ocorreu também, mais recentemente, no município, o desenvolvimento da cultura comercial do café, bem adaptada à geografia local, de planaltos e vales elevados. Para colher o café de Capelinha, os fazendeiros empregam especificamente a mão de obra das comunidades do entorno e a remuneração é baixa, como de praxe. Considerando o muito sacrifício e o pouco ganho, muitos não se sentem atraídos pela oportunidade, apesar da comodidade que é permanecer perto de casa. E assim se obrigam a viajar para mais longe.

O caçula da família, J. C. Marques (22), até o ano passado ainda não tinha deixado o Ribeirão da Cachoeira para longas temporadas de serviço contratado. É o protegido especial e ao mesmo tempo o guardião da mãe nos largos períodos em que todos estão fora e a casa se esvazia. Na lida do gado, não parece tão à vontade como o irmão mais velho, que foi para ele também como um pai, nascido e crescido como o pai deles de fato, na labuta ingrata, cavaleiros e vaqueiros de corpo e alma, os últimos da espécie. No início de 2019, ansioso para ver o mundo e ganhar seu próprio dinheiro, J.C. Marques resolveu migrar também e esteve empregado durante cerca de dois meses nos cafezais do Espírito Santo. Dificilmente teria suportado o corte da cana e a distância prolongada do Ribeirão da cachoeira, da casa, da mãe. Diferentemente dos irmãos, não se adaptou aos rigores e privações que caracterizam as colheitas nas grandes fazendas, de modo que, confessa ter padecido muito na primeira experiência e não pensa repeti-la, a não ser que seja forçado. Muitos amigos e parentes de J. C. Marques, mais ou menos da mesma idade, notadamente os do sexo masculino, enfrentam um grave problema na procura de novos campos de trabalho. Almejam salários mais compensadores em funções mais leves, mas não tiveram senão a base da educação formal ou técnica necessária para que possam atuar de forma minimamente competitiva nos ramos da indústria, do comércio ou dos serviços citadinos. As mulheres, relativamente, costumam se safar melhor, encontrando espaços em creches, escolas, lojas, fábricas, salões de cabeleireira e “casas de família”, onde vivem e trabalham como domésticas. Em geral, elas se dedicam mais aos estudos, buscando chances melhores no futuro. De todo modo, ambos os sexos não suportam física ou mentalmente os labores ancestrais, pesados e muito pouco rentáveis; tampouco foram forçados para encararem de peito aberto os grandes sacrifícios exigidos nos campos da agroindústria. A maioria menospreza os ofícios tradicionais, a que costuma associar o estilo de vida camponês pobre dos antigos, um

modo de viver que, conforme valores assimilados à cultura moderna, os jovens percebem como obsoleto e indigno. Assim, apartada das formas de sobrevivência ancestrais e despreparada para as formalidades, sutilezas e exigências de competitividade da cultura dos grandes centros industriais, a geração de J. C. Marques situa-se numa espécie de limbo social, onde imperam a insegurança e a angústia.

D. Marques (26) optou pelo ramo da construção civil. Atuando nos estados do Sul em obras públicas, como a implantação de bairros urbanos de “casas populares”, acabou assimilando na prática os rudimentos da arte a ponto de deixar o posto inferior de “ajudante de pedreiro”. Recentemente, esteve fora sem retornar para casa por cerca de três anos. Trabalhava num grande projeto na cidade paulista de Itatiba e, ao final, retornou com alguma poupança em dinheiro e um carro usado para se divertir. Por fim, quando o dinheiro escasseou, partiu, como os irmãos, no rumo novo das terras cariocas, mas a partir de contatos diversos que o levaram não à costa, mas a Teresópolis. Desde que está lá, não se tem mais notícias suas nem dos outros. Aos poucos o corpo se acostuma com as durezas do trabalho pesado e com as privações de coração. Todavia, os Marques estão com sorte ao menos nisso, em que trazem na alma o norte de um porto seguro, guardando laços fortes com o chão de onde vieram.

As “filhas mulheres” de Dona L. Marques formam um capítulo à parte. A mais velha, M. Marques (44), casou-se jovem e teve cinco filhos do sexo masculino. Os dois maiores já passaram dos 20 anos e migraram de forma permanente para o Paraná, onde conseguiram avançar nos estudos e encontrar trabalho no ramo dos serviços, a custo, sobretudo, dos contatos estabelecidos no seio da “família evangélica” a que pertencem, da Congregação de Jesus, disseminada por todo o país e presente também na Vargem do Setúbal e arredores. Agora, quando voltam ao Ribeirão da Cachoeira, como da última vez, acompanhados dos amigos “crentes” paranaenses, é para passarem poucos dias e na perspectiva de quem já é mais estrangeiro e está “a passeio”. O pai deles, J. Marques (46), é primo da mãe, um criador de gado tradicional como os cunhados, porém mais hábil e caprichoso e, talvez por isso, pouco mais abastado. Depois de ter deixado a migração sazonal para o corte da cana alguns anos atrás, decidiu, também no começo de 2019, ir a um casamento promovido pelo “povo de Deus” a que os filhos se associaram no Sul, e a comunidade da igreja acabou lhe arranjando por lá um serviço provisório com que conseguiu fazer um pequeno “pé de meia”, bastante para que aumentasse em três ou quatro vezes seu plantel desde que voltou, no mês de julho.

L. Marques (27), a filha mais jovem, tem uma trajetória ilustrativa das mudanças do sistema educativo nos últimos anos nesses sertões. Fez o primeiro grau na escolinha municipal do Ribeirão da Cachoeira e quando

tinha 12 anos de idade foi trabalhar como “doméstica” de uma família pouco mais remediada do município de Virgem da Lapa que, como se depreende de seu relato, não poderia ser chamada de classe média pelos padrões financeiros e de comportamento das metrópoles. Os patrões se mostraram boa gente, uma sorte, pois nem sempre é assim. Eles e as amigas da jovem incentivaram e ela decidiu fazer o segundo grau após o expediente de trabalho. Tomava o ônibus diariamente para vencer os cerca de 30 km que separam a cidade do município vizinho, Araçuaí, um dos centros regionais do Médio Jequitinhonha, onde ela estudou. Depois do duro trabalho diário, assistia às aulas noturnas e chegava de volta muito tarde e esgotada. Mas conseguiu, a exemplo de tantas jovens como ela, sonhadoras, esforçadas. Com o diploma nas mãos, voltou para a região do Ribeirão da Cachoeira, onde trabalhou por uns tempos na escolinha local, como professora, e na creche do povoado próximo chamado Agrovila. Aproveitava o fim da jornada para fazer, via internet, no computador da creche, os expedientes e exames do ensino a distância, que lhe garantiram, após três anos, a graduação em Pedagogia por uma faculdade particular de São Paulo que estabeleceu um posto em Araçuaí, acompanhando o avanço dessas iniciativas por lugares do interior do Brasil que antes não puderam contar com escolas de nível superior. Nos fins de semana, ela e duas companheiras tinham que ir a Araçuaí, para aulas e provas presenciais, a mais de 100 km de distância, em carros fretados, com grande sacrifício. Foram necessários muito empenho e gastos monetários para que pudessem se formar. Algumas delas só chegaram ao objetivo fazendo dívidas que pagaram durante anos após a formatura. Depois que se viu graduada, achou que ia encontrar seu lugar no mundo na profissão que escolheu e para a qual acreditava estar destinada. Em pouco tempo teve que assumir que vivia uma ilusão. As prefeituras e o estado de Minas Gerais raramente abrem concursos para contratação permanente nos cargos de professora ou monitora de escola, e quando acontece a procura é grande e a é concorrência acirrada. Com a formação primária e secundária muito deficiente e uma faculdade feita de forma improvisada, justo para obter a titulação, L. Marques logo se viu frustrada e sem saída. As admissões provisórias, por meio de contrato, acontecem de forma periódica, mas nesse caso são necessários contatos certos, paciência, insistência, humilhações para mendigar uma vaga ao prefeito, secretários, vereadores ou outros “padrinhos políticos”. Ela tentou de tudo para se encaixar onde sonhava, mas seus esforços foram em vão. Esteve por cerca de seis meses trabalhando como atendente e arrumadeira de um pequeno hotel de Minas Novas, sem a “carteira assinada”. Recebia salário mensal abaixo do mínimo legal e “fazia de um tudo para receber uma miséria que mal dava para dividir o aluguel com minha irmã”. Depois disso, trabalhou em certo restaurante de Capelinha

onde o serviço era muito maior e mais pesado, mas a situação do registro legal e o nível de pagamento eram os mesmos do hotel. Buscando emprego formal, L. Marques obrigou-se, por fim, contra sua vontade, a migrar para o Sul, para longe da comunidade, da casa, da mãe, dos irmãos, dos sobrinhos queridos. Esteve, também, por duas semanas batendo às portas das fábricas de calçados de Nova Serrana, no centro do estado mineiro, mas as encontrou fechadas às suas pretensões. Acabou conseguindo uma vaga na indústria alimentícia de Extrema, último município mineiro antes da fronteira com São Paulo.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), embora continue em vigor, foi revogada em 2017. L. Marques agora podia se dedicar sem entraves legais à tarefa de ordenar bolos e biscoitos na linha de produção da Bauducco (empresa do setor de alimentação), das seis da tarde às seis da manhã, duas noites sim, duas não, o que implica estar ocupada uma ou duas vezes ao mês nos fins de semana. Finalmente, o registro apareceu na carteira de trabalho da moça. Mas a garantia de emprego é por três meses apenas, ou seja, ainda reinam a precariedade e a insegurança em sua vida profissional. Ganha 1.250,00 reais por mês e uma cesta básica a que perde direito se faltar ao expediente três vezes no período. Seu relato é um testemunho do sofrimento dos colegas que desmaiam pelo cansaço ou lutam contra o sono e o tédio das atividades repetitivas, de acidentes, fraturas, queimaduras, sem falar do enorme descarte de produtos que não se encaixam nos padrões comerciais, prática cotidiana da empresa que a deixa abismada, sabedora que é das dificuldades de sobrevivência de muita gente que não pode pagar pelo panetone da marca, exposto nas prateleiras dos supermercados da cidade.

G. Marques (32) tem um único filho, de 11 anos, que está criando praticamente sozinha. Separou-se do pai da criança há pouco mais de um ano. Antes, ele já não era muito presente, pois, a exemplo dos cunhados, passava a maior parte do ano fora, no corte da cana. Em Minas Novas, ela se obriga a estar, frequentemente, mudando de endereço, o que costuma ser prejudicial para seu pequeno negócio de cabeleireira, pois atende em casa e leva tempo até fidelizar as clientes dos bairros periféricos da cidade, onde o preço da locação é menor e as formalidades de contratação inexistentes. Só assim ela consegue se instalar e trabalhar. Entre o Natal e o final de janeiro, na época das férias escolares, leva o menino para Ribeirão da Cachoeira, onde se esbaldam nos cuidados da avó e na vida livre dos campos, nas festas e forrós de fim de semana. Em fevereiro, voltam as aulas, volta o isolamento, volta a vida de trabalho duro e dinheiro minguado.

A crescente instabilidade do regime de chuvas que caracteriza todo o norte de Minas Gerais, claro, impacta diretamente qualquer gênero de produção alimentar camponesa para autoprovisionamento e, especialmente,

para formar excedente comercializável. O povoado mais próximo, Vargem do Setúbal, como o nome indica, está situado em zona mais aberta, plana e úmida do que aquela ocupada pelos habitantes do Ribeirão da Cachoeira. O riachão que dá nome à comunidade do Ribeirão corre nos fundos de um vale afunilado, entre altas montanhas onde há muito menos espaço para a agricultura. No auge do período chuvoso, geralmente entre dezembro e março, é possível apreciar desde a estrada, ao chegar à Vargem, em longo trecho das margens do rio, antes de se alcançar o núcleo urbano mais denso, a presença, ali muito mais visível, das roças de pequenos sítiantes, principalmente plantações de milho. Elas são muito menores do que as do passado, e em geral insuficientes para sustentarem por todo o ano a criação doméstica de galinhas e porcos, mas em alguns casos ainda cumprem importante papel no sustento familiar.

Como tem acontecido por todo o Jequitinhonha, esse córrego grande, onde o fluxo permanente já foi considerável, há pelo menos 15 anos só tem algum tipo de água corrente durante o período das chuvas, que é muito curto no semiárido. Diante disso, a situação é crítica. Nessas cabeceiras íngremes, hoje em dia, após um temporal, a enxurrada se acumula rapidamente e de um minuto a outro se forma uma forte correnteza, podendo ocorrer enchentes também repentinas que destroem plantios ribeirinhos, canos de água potável, galinheiros e outras construções ou chegam mesmo a arrastar animais domésticos rio abaixo. Algumas reses de gado morrem, se ferem ou devem ser retiradas de atoleiros quilômetros abaixo de onde foram arrancadas. A maioria dos habitantes não arrisca edificar muito junto às margens. Passada a chuva, centenas de canais rochosos ainda despejam água no veio central por um tempo, mantendo o nível alto e o arrasto forte pelo período de algumas horas, até que o turbilhão vai cessando pouco a pouco, deixando, ao final, poças que não demoram a secar sob o sol forte que logo se instala. Há, porém, muitos jovens ainda na faixa dos 20 anos que se lembram bem de quando o riacho fluía ininterruptamente, mesmo durante os longos períodos de seca. Depois que os mananciais se esgotaram por completo, por cerca de cinco anos foi preciso cruzar o espigão que separa o vale do Ribeirão e as baixadas da Vargem para ir pegar água no leito do rio Setúbal que, por razões óbvias, vai também se estreitando ano após ano com o estancamento das fontes em todo o seu curso. A. Marques (27) conta como foi esse período de grandes dificuldades:

Eu, minha mãe, minha irmã, a gente andava uma légua, ia lá no Setúbal e voltava com as latas na cabeça todo esse trecho, imagina, e quando tinha muita lama aqui na

descida da estrada, tinha vez que a gente escorregava e batia a bunda no chão e derramava tudo e daí tinha que voltar pra trás e começar tudinho de novo, ó Deus, tem misericórdia! (A. MARQUES, 27)

Então, no ano de 2006, durante o governo de Luís Inácio da Silva, terminou a implantação do programa “Luz para Todos” no Ribeirão Cachoeira, e que também levou energia elétrica a um número considerável de comunidades do interior do Brasil. Com a eletricidade, ocorreu a dinamização de alguns pequenos empreendimentos locais. A dona de casa agora pode manter refrigerado o leite que ela mesma tira das vacas do plantel familiar, assim como o pequeno lote de queijos que produz durante a semana e que a vizinhança vem comprar na sua porta. O vendeiro já tem como fazer funcionar, a baixo custo, um freezer ou geladeira e armazenar carne e outros produtos perecíveis por mais tempo e ir vendendo aos poucos. Todas essas novas janelas de oportunidade, porém, até hoje, 13 anos após a chegada da “luz”, ainda não foram suficientes para mudar em sua essência o velho estado de coisas da pobreza sustentada, a não ser para um ou outro indivíduo que soube administrar melhor seu micronegócio, subindo um pequeno degrau na escala social. Desde então, não surgiram fortunas excepcionais ou sensíveis diferenças de status no nível das comunidades rurais. Todos, seja no Ribeirão da Cachoeira, seja na Vargem do Setúbal, tem um padrão de vida essencialmente semelhante, ao menos em termos financeiros, sem falar das diferenciações que dependem de prestígio político, de virtudes de liderança ou de posições institucionais muito raras, como, por exemplo, o pastor da Igreja Evangélica, de influência setorial crescente, considerando que os padres católicos comparecem muito ocasionalmente aos rincões da roça, sobretudo em datas especiais, e, em seguida, retornam à sede dos municípios, onde encontram mais conforto e um meio mais cosmopolita. A Igreja de Roma ainda conta com o peso do passado, mas existem as forças do presente e elas são tão ou mais poderosas. Amplo leque de cultos e templos protestantes se abre de forma muito mais espontânea que os católicos. Em geral, eles se organizam localmente, o que lhes dá mais agilidade, mais capilaridade, poder de penetração em sentido amplo, sobre os territórios e sobre as almas.

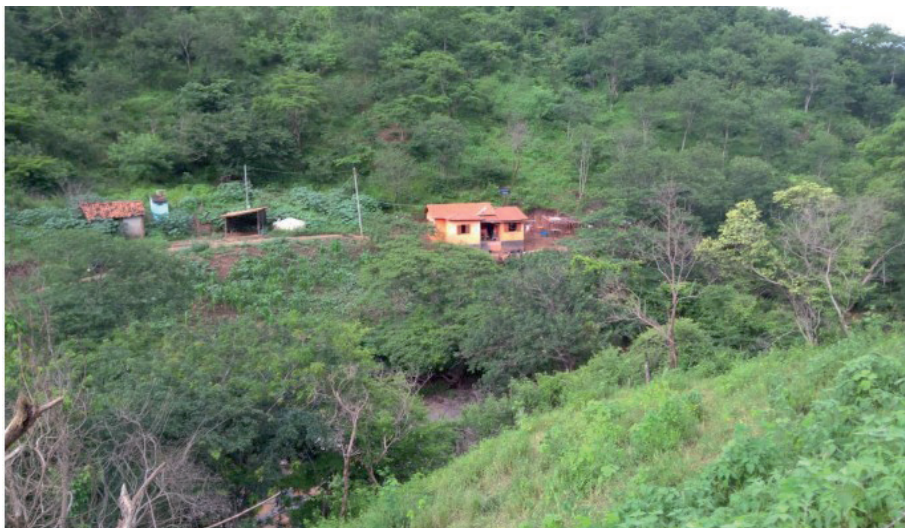
Fato é que a instalação da rede elétrica nesses grotes veio cumprir importante papel na fixação de muitas famílias em seus assentamentos de origem. O caso do Ribeirão da Cachoeira, nesse aspecto, é mais uma vez emblemático. O povo local nunca dispôs de água farta e cristalina, sequer nos tempos em que o riacho corria de forma contínua. Quando ele secou de vez, a necessidade que levou principalmente as mulheres a lavarem roupa no

rio, a quilômetros de distância, ou trazerem a água necessária para uso diário da casa em latas e baldes transportados na cabeça, passou a exigir tanto sacrifício que estava a ponto de fazer com que todos desistissem de vez de viver no lugar. Com a chegada da energia de uso fácil e relativamente barata, pouco a pouco o poder público e moradores associados foram financiando a abertura de poços artesianos em centenas de comunidades de toda a região. Se a nova tecnologia não foi capaz de oferecer, em muitos casos, água em abundância e de excelente qualidade, permitiu, bem ou mal, que ela chegasse por bombeamento ou gravidade às caixas instaladas na maior parte das moradias. Assim se deu também, a partir de 2006, no Ribeirão da Cachoeira. E esse talvez seja o principal motivo desse vale estreito e profundo não estar hoje totalmente deserto de pessoas. Por muitos meses, a paisagem de inverno dominante em todo o Jequitinhonha é a de completa *secura*, com a ocorrência de florestas de grota, densas, que se tornam um emaranhado de galhos esturricados durante a estiagem. No período de abundância, porém, que coincide com o retorno da maioria dos migrantes sazonais, o verde surge com força e volta a cobrir toda a paisagem. Nessas latitudes, dificilmente se passam dois ou mais verões sem chuvas, como costuma acontecer nos estados do Nordeste, mais para o interior da imensa zona árida. Sendo assim, desde outubro ou novembro até abril ou maio, no Ribeirão da Cachoeira, os vaqueiros que cuidaram bem de seus pastos agasalham uma esperança razoável de engordar o gado da estação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da família Marques revela a complexidade da vida no Vale do Jequitinhonha, destacando a interseção entre migração, precarização do trabalho e a vulnerabilidade enfrentada pelas comunidades rurais. A trajetória de Dona L. Marques, seu marido, seus filhos e filhas migrantes exemplifica os desafios impostos pela economia moderna e as condições de saúde deterioradas pelos trabalhos nas usinas de cana-de-açúcar. Eles enfrentam as adversidades da vida como migrantes que procuram resistir e se adaptar à modernização da agricultura e às mudanças climáticas. Além disso, a instabilidade climática e a luta por recursos hídricos refletem as dificuldades da agricultura familiar. A chegada da energia elétrica e a perfuração de poços artesianos foram marcos importantes para a permanência das famílias na região, permitindo uma adaptação às novas realidades. Essa história evidencia não apenas a resiliência, mas também as estratégias de sobrevivência de uma comunidade que resiste às transformações externas, mantendo suas tradições enquanto busca alternativas para um futuro incerto.

Foto 1 – Casa de L. Marques na época das chuvas (janeiro 2019).



Créditos: Reinaldo Moreira

Foto 2 - Casa de L. Marques na época da seca. Ao fundo do vale, o leito de “lajedos” expostos do Ribeirão da Cachoeira.



Créditos: Reinaldo Moreira.

NOTAS

¹ A síntese da tese foi publicada na revista *Travessia* v. 1 n. 98 (2024).

² Vale do Jequitinhonha, uma terra em desenvolvimento | Cidades (brasildefatomg.com.br)

³ O Vale do Jequitinhonha é conhecido por ter sido uma região com alta transmissão da doença de Chagas.

⁴ Doravante, a idade das pessoas citadas será informada com números entre parênteses.

RESUMO

A história da família Marques ilustra os desafios enfrentados pelas comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, que lidam com a precarização do trabalho, a migração sazonal e os efeitos das mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, enfrentam dificuldades como a irregularidade das chuvas e a falta de água, que impactam a agricultura familiar. A chegada da eletricidade e a perfuração de poços artesianos trouxeram melhorias limitadas, permitindo a sobrevivência no campo, mas sem alterar significativamente as condições de vida. A história dos Marques reflete a luta pela adaptação e sobrevivência de uma comunidade que resiste à modernização, mantendo suas tradições e enfrentando um futuro incerto. Essa narrativa não é apenas um testemunho da resiliência, mas também um reflexo das tensões entre a tradição e a modernidade, e as alternativas de sobrevivência que as famílias precisam criar para permanecer no lugar que consideram seu lar. O texto é um retrato das dificuldades enfrentadas por muitas comunidades da região, que combinam questões históricas, econômicas e de saúde em um cenário de grande vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Família Marques; Vulnerabilidade social; resiliência, mudanças climáticas

RÉSUMÉ

L'histoire de la famille Marques illustre les difficultés auxquelles sont confrontées les communautés rurales de la vallée de Jequitinhonha, qui doivent faire face à la précarité de l'emploi, aux migrations saisonnières et aux effets du changement climatique. Dans le même temps, elles sont confrontées à des difficultés telles que l'irrégularité des précipitations et le manque d'eau, qui ont un impact sur l'agriculture familiale. Si l'arrivée de l'électricité et le forage de puits artésiens ont apporté des améliorations limitées permettant de survivre à la campagne, elles n'ont pas modifié de manière significative les conditions de vie. L'histoire des Marques reflète la lutte d'une communauté pour s'adapter et survivre, tout en résistant à la modernisation, en maintenant ses traditions et en faisant face à un avenir incertain. Ce récit témoigne non seulement de la résilience de cette communauté, mais aussi des tensions entre tradition et modernité, et des alternatives de survie que les familles doivent créer pour rester dans l'endroit qu'elles considèrent comme leur maison. Le texte est un portrait des difficultés rencontrées par de nombreuses communautés de la région, qui combinent des enjeux historiques, économiques et sanitaires dans un contexte de grande vulnérabilité sociale.

Mots-clés: Famille Marques; Vulnérabilité sociale; résilience, changement climatique

